PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2019
(Do Sr. Marcelo Moraes)

Modifica o art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para impedir a suspensão automática das transferências voluntárias nos casos em que o beneficiário transitoriamente não atender as exigências de regularidade fiscal e financeira..

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 200, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art.25.....

.....

§ 4º As transferências voluntárias não serão objeto de suspensão antes do término da obra ou serviço conveniado, caso no decorrer da execução, seja constatada a incapacidade do beneficiário de atender ao disposto nas alíneas “a” e “c” do inciso IV do § 1º.(NR)”

Art. 2º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

A presente iniciativa busca aperfeiçoar a Lei de Responsabilidade Fiscal no que toca à suspensão das transferências voluntárias no caso de o beneficiário não comprovar, dentro dos prazos estabelecidos, a regularidade fiscal e financeira do ente.

É importante ter em conta que, sobretudo para Municípios de menor porte, existem situações transitórias que impedem o gestor público de apresentar as certidões requeridas pelo art. 25, § 1º, inciso IV, alíneas “a” e “c”. Em alguns casos, pela estrutura administrativa insuficiente; em outros, mais comuns, por dificuldades econômicas passageiras.

Entendemos que não faz sentido privar o Município dos recursos federais justamente no momento em que eles são mais necessários. Há de se oferecer prazo adicional ao gestor do ente beneficiário para que se possa regularizar a documentação, sem prejuízo para os importantes investimentos custeados por transferências voluntárias, evitando-se assim a paralização da obra ou serviço que porventura se encontre em execução.

Importa salientar que o gestor público continuará obrigado a prestar contas dos recursos recebidos, nos termos da legislação aplicável. Não se propõe assim, salvo conduto para o mau uso do dinheiro público; o que se busca é a flexibilização da relação financeira entre os entes, em benefício de uma maior eficiência do gasto público.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2019.

Deputado MARCELO MORAES